

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.821 - SP (2019/0017890-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **ARACY CALBENTE RUBIRA**
AGRAVANTE : **ANA MARIA CURSINO**
AGRAVANTE : **ANDREIA DIAS OLIVEIRA**
AGRAVANTE : **CLARA INEZ CURSINO**
AGRAVANTE : **JANDIRA SIMOES MARTINS**
AGRAVANTE : **MARIA DE FATIMA SANT ANA**
AGRAVANTE : **MARIA DE LOURDES SANTANA**
AGRAVANTE : **MARIA ELISABETH THERESA PAULITSCH HEULE DE SOUSA**
AGRAVANTE : **MARIA NOEMIA CURSINO**
AGRAVANTE : **PEDRA FRANCISCA MARIA DIAS**
ADVOGADOS : **ANTONIO ROBERTO SANDOVAL FILHO - SP058283**
 MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS E OUTRO(S)
 - SP250793
 LUCAS CAVINA MUSSI MORTATI - SP344044
AGRAVADO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **CRISTINA MAURA R SANCHES MARÇAL FERREIRA E**
 OUTRO(S) - SP111290

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por ARACY CALBENTE RUBIRA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu o Recurso Especial, manejado com fundamento no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

"Apelação. Administrativo. Servidor Público Estadual: Agente de Segurança Penitenciária. Adicional de Local de Exercício (ALE). Pretensão de absorção integral no salário base. Ausência de previsão legal, deslegitimando a concessão do benefício pelo Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes. Incorporação que implicaria em efeito 'repique' e em aumento de remuneração por via transversa, vedado pela Súmula 339 do STF. Sentença mantida. Recurso não provido" (fl. 119e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, o seguinte:

"DO CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL - HIPÓTESE DO ART. 105, III 'A', DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

No caso em tela, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo contrariou visivelmente os artigos 128, 460, 463, I e 515, caput e § 1º, todos do Código de Processo Civil.

Insurge-se a afronta aos artigos 128 e 460, do CPC, na medida em que, o julgamento foi extra petita, por decidir sobre matéria estranha

ao pedido e à causa de pedir, extrapolando os limites em que a ação foi proposta.

(...)

No presente caso salta aos olhos o julgamento fora do pedido, pois o pedido formulado de forma clara na petição inicial que transparece a real pretensão dos Autores (o que pode ser notado também na causa de pedir que é correlata ao pedido) e delimita a lide é no sentido de: 'pagamento do ALE, de modo integral, e não progressivo como dispõe a LC nº 1.114/10, em valor correspondente à classificação da USISP e ao cargo em que se encontravam quando da concessão da pensão, até a entrada em vigor da LC nº 1.197/13'. Pedido este fundamentado no direito à paridade remuneratória entre os servidores ativos, inativos e pensionistas.

Enquanto que, após a ampla devolução da matéria ao Tribunal de Justiça por meio de recurso de apelação, decidiu-se pela não incorporação do ALE ao salário base, com fundamento na inexistência de afronta ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Ou seja, não há identidade alguma entre o objeto do pedido e o que foi decidido no acórdão.

Portanto, evidente o julgamento *extra petita*, sendo necessária a anulação do acórdão e a prolação de um outro que atenda aos limites traçados na lide.

Quanto ao erro material existente, que qualifica a afronta ao artigo 463, I, do CPC, decorre do que ficou constado de forma equivocada no v. acórdão, no sentido de que a apelada é a Fazenda do Estado de São Paulo, quando, na verdade, ela sequer é parte neste processo, deixando-se de constar no v. acórdão a São Paulo Previdência como apelada.

Ainda, nota-se a contrariedade ao artigo 515, caput e § 1º, do CPC, pelo fato de que o Tribunal *a quo* apreciou e julgou questões que sequer foram suscitadas ou discutidas no processo e que, obviamente, não foram objeto de impugnação no recurso de apelação.

Portanto, plenamente cabível o presente recurso, com amparo na alínea 'a', ante a contrariedade e/ou negação de vigência aos dispositivos de lei federal citados.

DO CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL - HIPÓTESE DO ART. 105, III,

'C', DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O presente recurso especial se fundamenta também no artigo 105, III, 'c', da Constituição Federal, o qual confere ao STJ a competência para assegurar a unidade na interpretação do direito federal em todo o território brasileiro.

Isso porque, a jurisprudência desta Colenda Corte é pacífica no

sentido de reconhecer o julgamento *extra petita* quando o Magistrado julga pedido não formulado pelo Autor, a saber:
(...)" (fls. 134/135e).

Requer, ao final, "seja conhecido e provido o presente recurso, para corrigir o erro material existente, anular o v. acórdão recorrido que julgou matéria fora do pedido e determinar a consequente devolução do processo para o Tribunal *a quo*, com a finalidade de ser proferido um pronunciamento judicial adequado" (fl. 142e).

Sem contrarrazões (fls. 207/220e).

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 222/223e), foi interposto o presente Agravo (fls. 225/230e).

Sem contraminuta (fl. 240e).

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem dirimiu a controvérsia, nos seguintes termos:

"O recurso não merece provimento.

O Adicional de Local de Exercício (ALE), instituído pela Lei nº 693/92 em favor dos agentes de segurança penitenciária em atividade, em quantificação variável segundo a população carcerária da sede correspondente das Unidades do Sistema Penitenciário (USISP), e alterado pelas Leis Complementares nºs 957/04, 999/06, 1.047/08, 1.109/10 e 1.153/11, veio a ser revogado pela Lei Complementar nº 1197/13, que estabeleceu, em seu art. 1º:

(...)

Mais precisamente, a mencionada Lei Complementar nº 1.197/13 absorveu os valores do ALE nos vencimentos dos integrantes das carreiras de Agente de Segurança Penitenciária, da Polícia Civil, e da Polícia Militar benefícios respectivamente instituídos pelas Leis Complementares nºs. 693/92, 696/92 e 689/92, observando classificações das UPCV (Unidades Policiais Civas), USISP (Unidades do Sistema Penitenciário) e OPM (Organização Policial Militar), em razão da complexidade das atividades exercidas e dificuldade de fixação do profissional, conforme a população (de habitantes ou encarcerados) dos locais considerados. O ALE, consequentemente, foi um benefício concedido às carreiras policiais genericamente consideradas, em quantidade variável apenas segundo o número da população atendida, sem correspondência com qualquer condição extraordinária de trabalho, o que já denotava o caráter genérico de que era dotado.

O referido caráter genérico ainda mais se evidenciou quando o benefício foi expressamente estendido aos pensionistas e inativos (Lei Complementar 957/2004, art. 16).

Mas, desde o início, dirigido que era a todos os agentes de segurança penitenciária em atividade, em quantidade variável apenas segundo o

número da população, sem correspondência com qualquer condição extraordinária de trabalho, já se denotava o caráter genérico de que era dotado.

(...)

Entretanto, do fato de se reconhecer o caráter genérico e abrangente do benefício, não decorre deva ele ser incorporado aos vencimentos-base ou vencimentos-padrão.

(...)

À vista do analisado, conclui-se que a pretensão do autor não merece acolhida, sob pena de afronta à norma do inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal, que veda sejam os acréscimos percebidos por servidor público computados ou acumulados para fins de concessão de vantagens ulteriores.

Nesse diapasão:

(...)

A medida, ademais, implicaria em violação ao princípio da separação de poderes, e em concessão ilegal de aumento de vencimentos, obstado pela Súmula 339, como se verifica do precedente abaixo colacionado:

(...)

Desse modo, inexistente afronta ao princípio da irredutibilidade de vencimentos/proventos, ou violação a preceito legal, no critério adotado pela Administração, a irresignação, no que se refere ao mérito, não merece acolhida" (fls. 121/127e).

Diante desse contexto, verifica-se que a controvérsia foi dirimida, pelo Tribunal de origem, sob enfoque eminentemente constitucional, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

Dessa forma, é inviável o exame da insurgência, tal como posta, em sede de Recurso Especial, que se restringe à uniformização da legislação infraconstitucional. Ilustrativamente:

"ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973 EM RELAÇÃO AO ART. 57 DA LEI N. 8.213/91. INEXISTÊNCIA. CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE.

I - Em relação à indicada violação do art. 535 do CPC/73 pelo Tribunal a quo, não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pelo recorrente, qual seja o art. 57 da Lei nº 8.213/91, tendo o julgador abordado a questão às fls. 246,

consignando com respaldo no entendimento do STF que 'o julgamento do mandado de injunção nº 9053459-80.2008.8.26.0000 perante o C. Órgão Especial deste E. Tribunal, determinou a aplicação supletiva do art. 57 da Lei Federal nº 8.213/91, aos casos análogos, com efeito erga omnes a todos os servidores que exerçam atividade especial'.

(...)

IV - Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade, ou não, do cômputo do tempo de serviço, prestado por Servidor Público Estadual, para aposentadoria especial, nos termos dos incisos II e III do § 4o. do art. 40 da Constituição Federal.

V - O Tribunal de origem decidiu a controvérsia com base em fundamentação de natureza eminentemente constitucional, ao entendimento de que, ante a ausência de regulamentação do art. 40, § 4o. da CF, admissível a aplicação à aposentadoria especial de Servidor Público as regras do RGPS.

VI - O acórdão recorrido, ao dispor sobre a matéria, cingiu-se à interpretação de regramentos e princípios constitucionais, fica assim, inviabilizada a apreciação da questão por este Tribunal, estando a competência de tal exame jungida à Excelsa Corte, ex vi do disposto no art. 102 da Constituição Federal, sob pena de usurpação daquela competência. Neste sentido: AgInt no AREsp 862.012/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 9/8/2016, DJe 8/9/2016; AgInt no AREsp 852.002/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe 28/6/2016.

VII - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.708.913/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/06/2018).

Ademais, inviável o conhecimento do apelo nobre, pois, a revisão da conclusão do aresto combatido, nos termos em que posta a questão, é pretensão inviável, nesta seara recursal, ante o óbices da Súmula 280 do STF.

Anote-se, por fim, que segundo entendimento desta Corte, a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, **a**, da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso, no ponto em que suscita divergência jurisprudencial, se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: STJ, AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/03/2017.

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a

partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

